

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO SUPERIOR EM CIDADES DO INTERIOR

OPEN UNIVERSITY OF BRAZIL SYSTEM: AN ANALYSIS OF ITS IMPORTANCE FOR HIGHER EDUCATION AT TOWNS AND VILLAGES AROUND THE COUNTRY

**Simone Dias Farias SANTOS¹, Clarissa de Sousa Oliveira McCOY²,
Rubens Martins da SILVA³**

1 Universidade do Tocantins Unitins. Especialização em Gestão Pública. E-mail: simoninha_to@hotmail.com.

2 Universidade do Tocantins Unitins. Professora da Universidade Estadual do Tocantins e Pesquisadora associada do UCD Humanities Institute-Irlanda. Doutora em Linguística pela University College Dublin-UCD (2017). E-mail: clarissa.so@unitins.br.

3 Universidade do Tocantins Unitins. Doutor em Letras: Ensino de Língua e Literatura (UFT/2019). Professor efetivo da Universidade Estadual do Tocantins desde 2016. E-mail: rubensliteratura@gmail.com.

RESUMO: A perspectiva de interiorização do ensino superior se apresenta como um dos maiores focos da educação brasileira. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo discutir a oferta do ensino superior por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, bem como verificar indicadores da política de interiorização da educação superior por meio da Educação a Distância – EaD. A metodologia utilizada contemplou um estudo de revisão sistemática da literatura científica com base em artigos científicos publicados entre os anos de 2010 a 2019. Para tanto, foram selecionados 5 (cinco) artigos que abordaram discussões sobre: (i) o programa Universidade Aberta do Brasil; (ii) o ensino superior; (iii) o processo de expansão da Educação a Distância. As bases teóricas analisadas concentraram-se, principalmente, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 e no Decreto nº 5.800, de 8 de junho 2006. De modo específico, o estudo realizado demonstrou a relevância das contribuições que a Universidade Aberta do Brasil tem promovido para os cidadãos brasileiros,

principalmente para os que residem em locais em que a oferta do ensino presencial não tem conseguido se concretizar. Fundamentalmente, o ensino na modalidade a distância diversifica a forma tradicional de aprendizagem, pois ele se expande do local tradicional da sala por meio dos avanços ofertados pelas novas tecnologias.

Palavras-chave: Universidade Aberta do Brasil. Educação a Distância. Ensino Superior.

ABSTRACT: The perspective of bringing higher education to the countryside has been presented as one of the main focuses of Brazilian education. In this sense, the present article aims to discuss the offer of higher education through the Open University of Brazil – UAB system, as well as to verify indicators of the internalization policy of higher education through Distance Learning. The methodology used a systematic review approach, compiling a set number of scientific articles published between the years 2010 and 2019. For this purpose, 5 (five) articles were selected addressing the following discussion: (i) the Open University of Brazil (UAB) program ; (ii) higher education; (iii) and the expansion process of Distance Learning. The theoretical analyzes focused, mainly, in Law nº 9.394, of December 20, 1996; Decree No. 5,622, of December 19, 2005 and Decree No. 5,800, of June 8, 2006. Results showed the relevance of the contributions which the UAB system has brought to Brazilian citizens, especially for those who reside in remote places where the offer of classroom teaching had not been reached yet. Fundamentally, distance learning diversifies the traditional way of learning, as it expands from the traditional classroom location to diverse environments through the advances offered by new technologies.

Keywords: Open University of Brazil. Distance learning. Higher education.

1. INTRODUÇÃO

A educação a distância – EaD é um modelo de ensino criado para agregar mais recursos à educação mediada por tecnologias. Essa nova forma de didática foi inserida no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esse artigo foi regulamentado por meio do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, ao definir em seu Art. 1º a

Educação a distância como uma modalidade educacional em que a “aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (BRASIL, 2005). Essa forma de educação busca a interação do aluno e do professor por meio do auxílio de ferramentas que possibilitam a aprendizagem em um ambiente

distinto da sala de aula tradicional. De modo específico, o advento das novas tecnologias e a popularização da internet possibilitou que esse novo modelo de ensino se tornasse acessível a todas as camadas da população.

Para Martins e Nascimento (2018), essa nova sistematização de ensino superior brasileiro foi propulsora para a criação de programas governamentais que têm o intuito de viabilizar maior acesso e permanência na educação de ensino superior no Brasil. A partir do contexto de expansão tecnológica e da própria EaD, o governo sentiu a necessidade de criar programas para a educação a distância. Para Arruda, (2015, p. 2) “A Educação a Distância emerge no contexto das políticas públicas em educação como ‘possibilidade’ de ampliação do quadro de matrículas, pela rápida expansão de vagas no ensino superior”. Essa expansão foi considerada fundamental pelo poder executivo nacional, a ponto de, no ano de 2006, oficializar a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, por meio do Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006.

Esse sistema foi embasado nos Decretos e Leis que regulamentam a Educação a Distância – EaD. A UAB tem a finalidade de expandir a oferta dos cursos e programas de educação superior no país. Assim, o Art. 1º do Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006 institui a Universidade Aberta do Brasil – UAB como um sistema “voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país” (BRASIL, 2006).

Segundo o decreto que implementou

a Universidade Aberta do Brasil – UAB, o sistema EaD busca o interesse de promover a educação pública, oferecer educação de ensino superior para regiões de difícil acesso e reduzir desigualdades. Dessa forma, “[...] autoridades brasileiras têm desenvolvido mecanismos, a partir de propostas que unem instituições em prol da melhoria do acesso à educação no país” (FERRUGINI et al., 2013, p. 4).

A Universidade Aberta do Brasil – UAB tem possibilitado o acesso de pessoas residentes em municípios que não possuem estruturas acadêmicas do ensino público superior. Para Hernandez, (2016 *apud* ALONSO, 2010), a educação a distância é vista como uma modalidade de ensino cujo o objetivo é a aceleração rápida da ampliação de vagas no ensino superior, possibilitando que o governo melhore de maneira substancial o nível de escolaridade da população.

Os cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil – UAB são implementados através dos polos de apoio presencial, “[...] os polos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB” conforme o parágrafo segundo do artigo 2º do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Desse modo, os polos precisam de uma estrutura física de apoio pedagógico, com recursos tecnológicos e suporte para as atividades de ensino e aprendizagem da Educação a Distância – EaD.

Segundo Martins, Nascimento e Sousa (2018, p. 02) “[...] o polo de apoio presencial exerce, em várias regiões, a função de

principal ou único local de formação de ensino superior”. Assim, é importante que se façam pesquisas em polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil – UAB, com a finalidade de averiguar as formas de promoção do ensino superior. Nesse sentido, o presente artigo concentrou sua investigação na seguinte problematização: a oferta de educação superior por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB consegue atender através dos polos de apoio presencial as cidades localizadas em regiões do interior do estados brasileiros?

À guisa reflexiva, a discussão deste artigo tem o objetivo de discutir a oferta da educação de ensino superior nos polos presenciais por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, bem como analisar indicadores sobre a política de interiorização do ensino superior, conforme rege o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.

2. METODOLOGIA

A partir da realização de um estudo de revisão sistemática da literatura científica, a pesquisa que possibilitou a escrita deste

artigo ocorreu nos meses de setembro a novembro de 2019. As fontes secundárias da pesquisa foram extraídas das seguintes plataformas de pesquisa: Periódicos CAPES e Scielo. A pesquisa dos artigos foi elaborada por busca sobre assunto, utilizando as frases Universidade Aberta do Brasil e educação superior, com a filtragem de revisão por pares e publicação entre os anos de 2010 a 2019. Os critérios de inclusão foram: Programa Universidade Aberta do Brasil; ensino superior e ensino a distância. Os critérios utilizados para a exclusão foram: ofertas de cursos que não fossem curso de ensino superior; cursos de formação continuada e especificidade de áreas. Ao final foram selecionados 5 (cinco) artigos científicos que contemplaram os critérios estabelecidos para o estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado da busca dos artigos realizada no banco de dados das plataformas de pesquisa “Periódicos CAPES e Scielo” foram relacionados e distribuídos na tabela a seguir:

Tabela 1 - Relação dos artigos pesquisados.

Autor	Tema	Objetivo	Metodologia	Ano
COSTA, Maria Luisa Furlan.	História e políticas públicas para o ensino superior a Distância no Brasil: o programa Universidade Aberta do Brasil em questão.	Análise da história e as políticas públicas para o Ensino Superior à distância e a implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)	Revisão de literatura	2012

FERRUGINI, Lilian et al.	Educação a distância como política de Inclusão: um estudo exploratório nos polos o Sistema Universidade do Brasil em Minas gerais.	Identificar os possíveis impactos que o acesso ao ensino superior Pode gerar em municípios mineiros com baixos índices de desenvolvimento municipal.	Revisão de literatura	2013
ARRUDA, Eucidio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta.	Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior.	Analisar a ampliação da Educação a Distância (EaD) nos diferentes contextos das políticas públicas educacionais brasileiras.	Revisão de literatura	2015
HERNANDES, Paulo Romualdo.	A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público.	Balanço entre análises favoráveis e desfavoráveis da educação a distância.	Revisão de literatura	2016
MARTINS, Alexciano de Sousa; NASCIMENTO, Valdriano Ferreira do; SOUSA, Fabiana Martins de.	Avaliação Institucional em Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil.	Discutir a importância da avaliação institucional nos polos do programa Universidade Aberta do Brasil.	Revisão de literatura	2018

Fonte: Elaborado pelos autores.

Costa (2012) descreve o processo histórico de implementação e de consolidação do Sistema Universidade Aberta do Brasil afirmando que o projeto de educação a distância teve início a partir da década de 1970. Por conseguinte, este projeto foi, de fato, implementado no ano de 2006. Esse projeto do governo de implantar um sistema de educação a distância partiu da necessidade de oferecer mais oportunidade para a inserção no ensino superior, oferecendo maior oportunidade à população que vive em regiões mais distantes.

Através do sistema UAB o Governo Federal conseguiu um avanço no que se refere à oferta de vagas no ensino superior, no qual, por meio do projeto, ele pode alcançar camadas da sociedade que não poderiam ter acesso a educação superior. Costa (2012) destaca que o Brasil é capaz de contribuir para a democratização do ensino superior nas regiões mais afastadas dos grandes centros, uma vez que a parceria realizada entre as instituições públicas e o governo têm como um objetivo principal o aumento do número

de vagas nos cursos superiores. Sobre a qualidade dos cursos superiores, é notório que haja o acompanhamento do Ministério da Educação – MEC para garantir a qualidade dos polos de apoio presencial e dos cursos superiores, oferecidos através da educação a distância, atestando assim a mesma condição estrutural e didático-pedagógica que são ofertados aos cursos presenciais (COSTA, 2012).

Ferrugini et al (2013) usou indicadores socioeconômicos através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM (2012) para formular sua pesquisa. Assim, foi possível analisar os impactos que a UAB promoveu nos municípios do estado de Minas Gerais. Por meio deste estudo, foi percebido que o sistema UAB é um importante instrumento de inclusão social, gerando maior distribuição de renda e desenvolvimento socioeconômico local, afirmando que uma população que possui um maior nível de escolaridade terá um desenvolvimento compatível com o grau de instrução. O oferecimento de cursos superiores através da educação a distância traz avanços à população. A UAB é uma forma de descentralização e expansão da oferta de ensino público superior no país, em que o sistema UAB torna-se uma importante política pública de acesso à educação, sobretudo em municípios pequenos (FERRUGINI et al., 2013).

Segundo Arruda (2015), a educação presencial é voltada para a formação das elites e a educação à distância é uma alternativa para a população pobre. Isso se deve ao barateamento do ensino e à massificação da educação superior de forma descentralizada,

dificultando a qualidade de ensino. No entanto, a UAB é uma forma de promoção ao ensino superior, visto que existem inúmeras regiões que se localizam a distâncias muito longas dos centros universitários, impossibilitando a população de ter acesso à educação superior presencial.

As críticas que Arruda (2015) faz sobre a educação a distância, em não democratizar a educação por não contemplar a qualidade do ensino e ser vista apenas para interiorizar e ampliar o acesso da população ao ensino superior, não retrata a realidade do programa UAB. Ainda que existam pontuações e melhorias a serem feitas pelo programa, a educação a distância por meio da UAB é possibilitadora de inserção de muitos brasileiros ao ensino superior e em regiões que passaram a ter maior crescimento econômico. Apesar do sistema UAB trazer alguns problemas no contexto do programa oferecido, a modalidade a distância foi capaz de elevar o grau de escolaridade e oferecer qualificação profissional às pessoas, mesmo que os alunos dessa modalidade não tenham acesso a grandes campus universitários.

Para Hernandez (2016), a educação a distância por meio da UAB é importante para a educação, trazendo vários avanços, Entretanto, ele cita problemas na interação entre professor e estudante, indicando que apesar das tecnologias de suporte, existe um distanciamento entre eles, fato que se deve também ao alto número de alunos matriculados, dificultando a interação entre docente e discente. Outra discordância por parte de Hernandez (2016) é a falta de institucionalização dos cursos superiores a

distância nas Instituições Públicas de Ensino Superior IPES, já que a oferta dos cursos é formada através de convênios, garantindo que este seria um dos motivos para entrave dos cursos superiores. Além disso, o autor afirma que os professores da UAB não são exclusivos dessa modalidade de ensino, eles desempenham atividade extra; o papel de professor é assumido pelo tutor a distância, que deveria ser apenas um mediador entre aluno e não o professor regente.

Martins, Nascimento e Souza, no artigo "Avaliação Institucional em Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil", publicado no ano de 2018, citam que a necessidade do desenvolvimento de metodologias de avaliações para atender às necessidades dos polos presenciais de apoio à UAB representam uma extensão da universidade. Por isso, sua estrutura tem que atender às exigências dos cursos ofertados.

Martins, Nascimento e Souza (2018) concluíram, após a aplicação de questionários nos polos de apoio presencial do estado do Ceará, que nesses polos não existem iniciativas locais para a realização de avaliação institucional que visem à melhoria dos cursos de educação a distância. Eles apontam ainda, que a promoção da avaliação institucional nos polos é fundamental para que a UAB melhore a qualidade de ensino, visto que as atividades presenciais, bem como as provas e aulas ocorrem nesses espaços, sendo de extrema importância essa avaliação para que a UAB alcance a expansão e a interiorização da educação superior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino na modalidade a distância diversifica a forma tradicional de aprendizagem, sai da sala de aula convencional e ocupa variados ambientes. Diante do avanço e do fácil acesso às novas tecnologias, o ensino a distância tornou-se popular. Essa popularidade foi vista de bom grado pelo governo. Por sua vez, realiza a implementação de projetos para a ampliação da educação por meio da educação a distância.

O Universidade Aberta do Brasil é um sistema que o governo implementou para ampliar a educação. Assim, esse sistema, por meio da educação a distância é facilitador para que regiões sem desenvolvimento possam dispor de cursos de graduação e aperfeiçoamento, oferecendo cursos gratuitos de graduação e de aperfeiçoamento à população. Nesse sentido, é visto como um programa assertivo que foi implementado pelo governo. Embora o sistema UAB possua falhas e necessite de algumas adequações, os polos de apoio presencial têm subsidiado a difusão da educação em localidades do interior, ou seja, em locais de difícil acesso aos cursos superiores presenciais.

Os artigos investigados possibilitaram a percepção de que os polos de apoio presencial propiciam ao aluno uma base para que ele possa ter acesso ao apoio pedagógico e a encontros presenciais. Por isso, o polo é de suma importância para que a UAB consiga alcançar o propósito de levar educação de qualidade às regiões afastadas dos grandes centros urbanos, principalmente. Por conseguinte, os polos precisam de uma melhor atenção, já que existem

problemas estruturais e se faz necessário a realização de constantes avaliações para verificar a eficiência e garantir uma base de qualidade para atender aos estudantes. Os professores dessa modalidade são alvos de questionamentos por possuírem acúmulo de carga, visto que os professores são efetivos de cursos presenciais. Assim, o tutor dos cursos a distância acabam desempenhando o papel do professor.

Apesar dos desafios enfrentados pelo

sistema UAB, a EaD ampliou e possibilitou o ingresso ao ensino superior, oferecendo maior oportunidades à uma população que antes teria que procurar grandes centros para cursar uma graduação. A UAB exerce papel importante no aumento da economia em regiões que passaram a ofertar os cursos de graduação, visto que o aumento da escolaridade é fator essencial para fomentar a economia.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. P; ARRUDA, D. E. P. Educação à Distância no Brasil: Políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.31, n.03, p. 321-338, Julho-Setembro 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698117010>>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRANCO,V; HARACEMIV, S. M. C. Avaliação do curso de formação de professores no contexto da Educação a Distância. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2015, p. 157-176. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/42113>>. Disponível em: 08 out. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro

de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

BRASIL. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

COSTA, M. L. F. História e políticas

públicas para o ensino superior a distância no Brasil: o programa universidade aberta do Brasil em questão. **Revista HISTEDBR On-Line**, 12(45), 281-295, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/articled/view/8640149>>. Acesso em: 10 out. 2019.

FERRUGINI, Lilian et al. Educação a Distância como política de inclusão: Um estudo exploratório nos polos do sistema Universidade Aberta Do Brasil em Minas Gerais. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, vol. 6, núm. 2, abril-mayo, 2013, pp. 1-21, Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319327519002>>. Acesso em: 20 out. 2019.

HERNANDES, P. R. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do ensino superior público. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 283-307, abr./jun. 2017. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500777>> . Acesso em: 17 set. 2019.

MARTINS, A. S; NASCIMENTO, V. F; SOUSA. F. M. Avaliação Institucional em Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 239-254, jan./mar. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623663857>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

MELO, P. A; MELO, M. B; NUNES, R. S. A Educação a Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**. v. 11, n. 24, p. 278-304, maio/ago 2009. Disponível em: <<https://livros-e-revistas.vlex.com.br/vid/dist-ncia-politica-expans-superior-brasil-264424374>>. Acesso em: 12 out. 2019.

NUNES, J. B. C; SALES, V. M. B. Formação de professores de licenciatura a distância: o caso do curso de pedagogia da UAB/UECE. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 757-773, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/3786302-Formacao-de-professores-de-licenciatura-a-distancia-o-caso-do-curso-de-pedagogia-da-uab-uece.html>>. Acesso em: 02 out. 2019.